

## DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E AMBIENTAIS ACERCA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ, TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS (PA)

Ana Julia Mourão Salheb do Amaral<sup>1</sup>  
Lovois de Andrade Miguel<sup>2</sup>  
Aquiles Simões<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo versa sobre o espaço agrário abrangido pelo município de Cametá, Território do Baixo Tocantins, Pará. Utilizando a abordagem de sistemas agrários, procedeu-se a descrição das unidades de paisagem locais assim como a caracterização das diferentes etapas da evolução e diferenciação da agricultura da região de estudo. A (re) leitura do espaço agrário abarcado pelo Território do Baixo Tocantins revelou a existência de uma grande diferenciação geomorfoambiental entre a unidade de paisagem de Várzea e de Terra Firme. Estas unidades de paisagem influenciaram de maneira determinante e inequívoca as dinâmicas socioeconômicas e produtivas deste espaço agrário desde os primórdios da ocupação humana. Este estudo buscou evidenciar o contexto socioambiental, econômico e produtivo da agricultura e suas diferentes formas de expressão de desenvolvimento rural existentes atualmente no município de Cametá-Pará.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abordagem sistêmica, Agriculturas Amazônicas, Dinâmicas agrárias.

## RURAL DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN AMAZON: HISTORICAL AND ENVIRONMENTAL NOTES ABOUT AGRARIAN SYSTEMS IN THE MUNICIPALITY OF CAMETÁ, TERRITORY OF BAIXO TOCANTINS (PA)

**ABSTRACT:** This article deals with the agrarian space covered by the municipality of Cametá, Baixo Tocantins Territory, Pará. Using the agrarian systems approach, the local landscape units were described as well as the characterization of the different stages of the evolution and differentiation of the agriculture in the study region. The (re) reading of the agrarian space covered by the Baixo Tocantins Territory revealed the existence of a great geomorpho-environmental differentiation between the landscape units of floodplains and mainland. These landscape units have decisively and unequivocally influenced the socioeconomic and productive dynamics of this agrarian space since the beginning of human occupation. This study sought to highlight the socio-environmental, economic and productive context of agriculture and its different forms

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: anaagro4@gmail.com

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lovois@ufrgs.br

3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia - Universidade Federal do Pará. E-mail: aquiles@ufpa.br

of expression of rural development currently existing in the municipality of Cametá-Pará.

**KEYWORDS:** Systemic approach, Amazon Agriculture, Agrarian dynamics.

## **DESARROLLO RURAL EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA: APUNTES HISTÓRICOS Y AMBIENTALES SOBRE LOS SISTEMAS AGRARIOS EN EL MUNICIPIO DE CAMETÁ, TERRITORIO DEL BAJO TOCANTINS (PA)**

**RESUMEN:** Este artículo aborda el espacio agrario que abarca el municipio de Cametá, Território do Baixo Tocantins, Pará. Utilizando el enfoque de sistemas agrarios, se describieron las unidades paisajísticas locales, así como la caracterización de las diferentes etapas de la evolución y diferenciación de la agricultura en la región de estudio. La (re)lectura del espacio agrario abarcado por el Territorio del Bajo Tocantins reveló la existencia de una gran diferenciación geomorfoambiental entre las unidades paisajísticas de Várzea y Terra Firme. Estas unidades paisajísticas han influido decisiva e inequívocamente en la dinámica socioeconómica y productiva de este espacio agrario desde el inicio de la ocupación humana. Este estudio buscó resaltar el contexto socioambiental, económico y productivo de la agricultura y sus diferentes formas de expresión del desarrollo rural actualmente existente en el municipio de Cametá-Pará.

**PALABRAS CLAVES:** Enfoque sistémico, Dinámica agraria, Agricultura Amazónica.

### **INTRODUÇÃO**

A Amazônia brasileira é conhecida mundialmente por sua grandiosa biodiversidade, e pode ser também caracterizada pela ocorrência de processos de ocupação e de desenvolvimento bastante dinâmicos e específicos. Ao longo dos processos históricos e produtivos se manifesta na complexidade dos ambientes que são utilizados por diferentes populações locais.

A Amazônia tem espaços agrários extremamente distintos e, portanto, “valorizados” e utilizados por diferentes populações locais. Estes espaços são submetidos a distintos elementos culturais, materiais e simbólicos, características socioagroambientais e particularidades de modos de vida e de formas de agricultura.

Pretende-se, com este estudo<sup>1</sup>, caracterizar e descrever o espaço agrário do município de Cametá, destacando as particularidades existentes nas diferentes unidades

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR- UFRGS) em realização desde 2020. Também é fruto das pesquisas realizadas através do Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia (GEDAF), vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA- UFPA).

de paisagem locais, mas também refletir acerca das dinâmicas socioprodutivas e a evolução e diferenciação dos sistemas agrários ao longo do tempo e espaço.

Busca-se assim proporcionar uma (re) leitura do Território do Baixo Tocantins, através da aplicação da Abordagem de Sistemas Agrários, de modo a permitir a realização das conexões necessárias para a identificação e reconstituição histórica das diferentes formas de agricultura e da ocupação do espaço agrário do município de Cametá- PA. Secundariamente, pretende-se evidenciar as relações e conexões entre a realidade agrária local e o contexto regional e nacional, com isso trazendo reflexões acerca do processo de desenvolvimento rural do município.

De acordo com Becker (2005) o povoamento e desenvolvimento da Amazônia foram baseados de acordo com o paradigma da relação *sociedade-natureza*. No entanto projetos de desenvolvimento intensificados a partir dos anos 70 promovidos pela transformação de uma economia e produção extrativa tradicional para uma agricultura moderna e com polos industriais em grande escala provocaram e ainda provocam grandes transformações na realidade amazônica.

Nestes aspectos um exemplo desse contexto amazônico pode ser evidenciado no território do Baixo Tocantins, estado do Pará, um espaço de ocupação antiga que foi habitada originalmente pelos povos originários indígenas. Sendo uma das primeiras áreas de ocupação da colonização portuguesa, constituindo um dos primeiros núcleos de povoamento da Amazônia, no século XVII. A partir então da chegada dos colonizadores portugueses ocorreram o início a uma série de mudanças no espaço agrário, como o surgimento de novas categorias sociais e novas atividades e dinâmicas produtivas que influenciaram e influenciam o desenvolvimento rural do território.

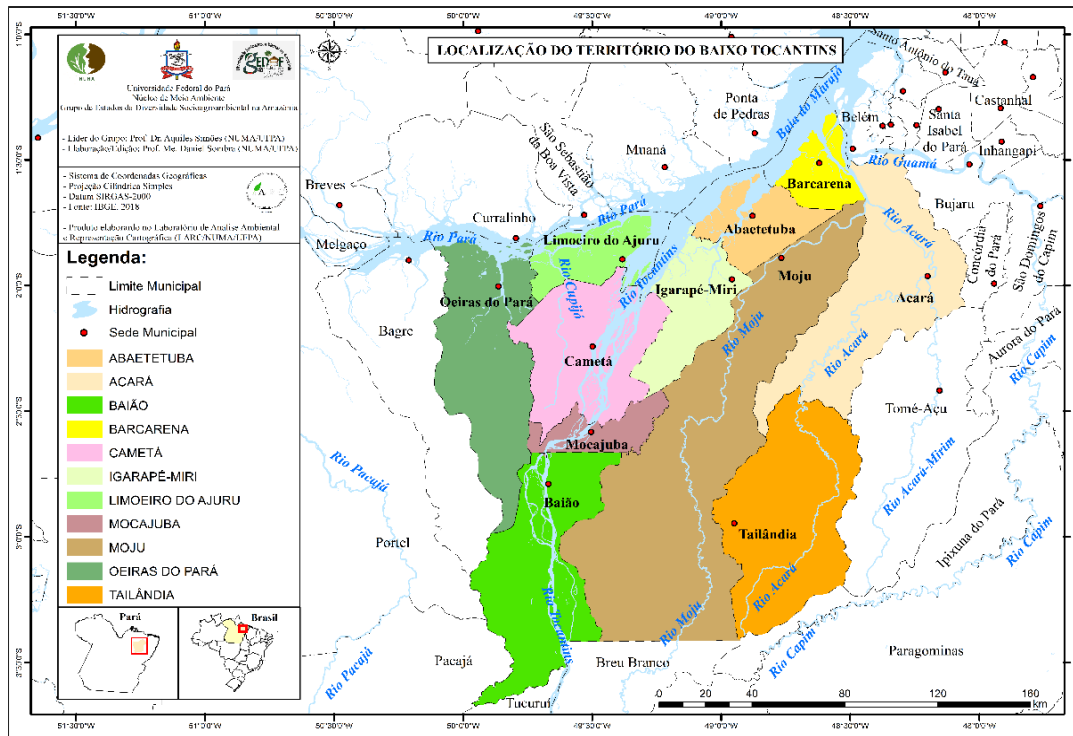
## **(RE) LEITURA DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: ADENTRANDO NAS COMPLEXIDADES E PECULIARIDADES DE UM TERRITÓRIO HETEROGÊNEO, DINÂMICO E COMPLEXO**

O Território do Baixo Tocantins localizado no Estado do Pará (figura 1), abrange uma área de 36.024,20 Km<sup>2</sup> e é composto por 11 (onze) municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (MDA/STD, 2010).

No território do Baixo Tocantins, (figura 1) a ocupação e uso das áreas de Várzea e de Terra Firme produzem uma diversidade de sistemas produtivos e de formas de

exploração ao longo do tempo e espaço. Esta situação desencadeia diferentes e diversos graus de interação/ adaptação nos espaços agrários, nos quais uso e conservação tendem a se aproximar (MARTINS, 2017; AMARAL, 2018; REIS, 2015; PIRAUX, SOMBRA, SIMÕES, 2017).

Figura 1 — Mapa de Localização do local de estudo, território do Baixo Tocantins- PA.



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC / NUMA / UFPA) - LARC em colaboração com o Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia-GEDAF/UFPA, (2018).

A história agrária do Território do Baixo Tocantins revela a existência de uma sociedade agroextrativista, baseada na utilização de mão de obra local para a utilização dos recursos naturais. O controle social da população local, em especial, os caboclos-ribeirinhos, era realizado por segmentos das famílias proprietárias de grandes áreas de produção extrativista vegetal (oligarquia agrária), pelos comerciantes (aviadores), regatões e pela igreja católica (SOUZA, 2011).

Nesse contexto, identifica-se o estabelecimento de novas “formas de vivências”, decorrência de um processo de resistência da população local (indígena e cabocla) ou de populações que já haviam se fixado e se adaptado à região e tinham, por isso, reconhecimento do espaço. Neste sentido, o processo de desenvolvimento do território do Baixo Tocantins criou mecanismos de resistência e reconstrução de uma

identidade local, que resultou em uma característica própria de adaptação socioespacial ao território (REIS, 2015).

Na Amazônia, o processo adaptativo das populações foi sempre muito condicionado principalmente à variabilidade do meio físico. Tanto na terra firme quanto na várzea, há uma grande variabilidade de fatores que dão a estes ambientes características bastante peculiares (PINTO, 2005). Ao longo de muitos séculos, este processo foi responsável pela construção de uma configuração única na Amazônia, o que permitiu não somente a satisfação de necessidades humanas fundamentais como, ainda, se fez em harmonia com o restante do ecossistema (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI, 2006).

Ainda segundo os autores acima citados, o sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido por pequenos produtores na Amazônia brasileira envolve atividades agrícolas, extrativistas, domésticas dentre outras. Todas essas atividades constituem uma importante combinação para a economia das famílias amazônicas. Em que essa produção resultante das atividades agrícolas ou extrativistas se destina, essencialmente, ao consumo familiar e à venda do excedente nos mercados próximos.

Neste território a ocupação e uso do solo entre a várzea e terra firme configura a diversificação dos sistemas produtivos e as formas de exploração ao longo do tempo e espaço ocorre através da relação sociedade-natureza. Desencadeando graus de interação/ adaptação numa mistura de uso e conservação (MORÁN, 1990; ADAMS, 2002; FRAXE, PEREIRA; WITKOSKI, 2007; MARTINS, 2017; AMARAL, 2018; REIS, 2015; PIRAUX; SOMBRA; SIMÕES, 2017).

A partir das leituras de Ângelo-Menezes (1999; 2000) e Bastos *et al.*, (2010) ainda sobre o antigo Vale do Tocantins, é possível afirmar que ainda hoje as questões sobre a formação socioeconômica do território dizem respeito às formas de ocupação das terras e permanência de sistemas produtivos agroextrativistas. Como também à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; e as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários.

Tradicionalmente, na região foi de substancial importância no papel desempenhado pelos rios da região que serviram de transporte para mercadorias e pessoas, nas margens a fundação das primeiras cidades da Amazônia (BASTOS *et al.*, 2010). Esta relação persiste até o presente. Em muitos municípios toda circulação só ocorre por

meio de embarcações. Este padrão de ocupação foi denominado por Gonçalves (2005) de rio-várzea-floresta.

No entanto, a partir da década de 1970, este mesmo autor analisa um novo padrão de ocupação, da estrada-terra firme-subsolo, nos anos 1980 com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nas margens do rio Tocantins foi um outro elemento de mudanças social, ambiental e econômico, conforme destaca Magalhães (2005) em que milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco.

Trata-se de um novo padrão de organização social do espaço geográfico que tem na estrada seu eixo de estruturação. Que permitem a integração dos municípios que fazem parte do território do baixo Tocantins com outras regiões do estado do Pará, especialmente a Região Metropolitana de Belém (RMB). Promovendo mais integrações especialmente mercadológicas entre o urbano-rural e a várzea-terra-firme.

Conforme Bastos *et al.*, (2010) a gestão do território envolve as realidades municipais em suas especificidades, nessa inter-relação urbano-rural, várzea-terra-firme Nesse contexto, identifica-se o estabelecimento de novas “formas de vivências”, decorrência de um processo de resistência da população local (indígena e cabocla) ou de populações que já haviam se fixado e se adaptado à região e tinham, por isso, reconhecimento do espaço. Neste sentido, o processo de desenvolvimento do território do Baixo Tocantins criou mecanismos de resistência e reconstrução de uma identidade local, que resultou em uma característica própria de adaptação socioespacial ao território (REIS, 2015).

Na Amazônia, o processo adaptativo das populações foi sempre muito condicionado principalmente à variabilidade do meio físico. Tanto na terra firme quanto na várzea, há uma grande variabilidade de fatores que dão a estes ambientes características bastante peculiares (PINTO, 2005). Ao longo de muitos séculos, este processo foi responsável pela construção de uma configuração única na Amazônia, o que permitiu não somente a satisfação de necessidades humanas fundamentais como, ainda, se fez em harmonia com o restante do ecossistema (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI, 2006).

Ainda segundo os autores acima citados, o sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido por pequenos produtores na Amazônia brasileira envolve atividades agrícolas, extrativistas, domésticas dentre outras. Todas essas atividades constituem uma importante combinação para a economia das famílias amazônicas. Em que essa produção resultante das atividades agrícolas ou extrativistas se destina, essencialmente, ao consumo familiar e à venda do excedente nos mercados próximos.

Neste território a ocupação e uso do solo entre a várzea e terra firme configura a diversificação dos sistemas produtivos e as formas de exploração ao longo do tempo e espaço ocorre através da relação sociedade-natureza. Desencadeando graus de interação/ adaptação numa mistura de uso e conservação (MORÁN, 1990; ADAMS, 2002; FRAXE, PEREIRA; WITKOSKI, 2007; MARTINS, 2017; AMARAL, 2018; REIS, 2015; PIRAUX; SOMBRA; SIMÕES, 2017).

A partir das leituras de Ângelo-Menezes (1999; 2000) e Bastos *et al.*, (2010) ainda sobre o antigo Vale do Tocantins, é possível afirmar que ainda hoje as questões sobre a formação socioeconômica do território dizem respeito às formas de ocupação das terras e permanência de sistemas produtivos agroextrativistas. Como também à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; e as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários.

Tradicionalmente, na região foi de substancial importância no papel desempenhado pelos rios da região que serviram de transporte para mercadorias e pessoas, nas margens a fundação das primeiras cidades da Amazônia (BASTOS *et al.*, 2010). Esta relação persiste até o presente. Em muitos municípios toda circulação só ocorre por meio de embarcações. Este padrão de ocupação foi denominado por Gonçalves (2005) de rio-várzea-floresta.

No entanto, a partir da década de 1970, este mesmo autor analisa um novo padrão de ocupação, da estrada-terra firme-subsolo, nos anos 1980 com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nas margens do rio Tocantins foi um outro elemento de mudanças social, ambiental e econômico, conforme destaca Magalhães (2005) em que milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco.

Trata-se de um novo padrão de organização social do espaço geográfico que tem na estrada seu eixo de estruturação. Que permitem a integração dos municípios que fazem parte do território do baixo Tocantins com outras regiões do estado do Pará, especialmente a Região Metropolitana de Belém (RMB). Promovendo mais integrações especialmente mercadológicas entre o urbano-rural e a várzea-terra-firme.

Conforme Bastos *et al.*, (2010) a gestão do território envolve as realidades municipais em suas especificidades, nessa inter-relação urbano-rural, várzea-terra-firme. Nesse contexto, identifica-se o estabelecimento de novas “formas de vivências”, decorrência de um processo de resistência da população local (indígena e cabocla) ou de populações que já haviam se fixado e se adaptado à região e tinham, por isso, reconhecimento do espaço. Neste sentido, o processo de desenvolvimento do território do Baixo Tocantins criou mecanismos de resistência e reconstrução de uma identidade local, que resultou em uma característica própria de adaptação socioespacial ao território (REIS, 2015).

Na Amazônia, o processo adaptativo das populações foi sempre muito condicionado principalmente à variabilidade do meio físico. Tanto na terra firme quanto na várzea, há uma grande variabilidade de fatores que dão a estes ambientes características bastante peculiares (PINTO, 2005). Ao longo de muitos séculos, este processo foi responsável pela construção de uma configuração única na Amazônia, o que permitiu não somente a satisfação de necessidades humanas fundamentais como, ainda, se fez em harmonia com o restante do ecossistema (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI, 2006).

Ainda segundo os autores acima citados, o sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido por pequenos produtores na Amazônia brasileira envolve atividades agrícolas, extrativistas, domésticas dentre outras. Todas essas atividades constituem uma importante combinação para a economia das famílias amazônicas. Em que essa produção resultante das atividades agrícolas ou extrativistas se destina, essencialmente, ao consumo familiar e à venda do excedente nos mercados próximos.

Neste território a ocupação e uso do solo entre a várzea e terra firme configura a diversificação dos sistemas produtivos e as formas de exploração ao longo do tempo e espaço ocorre através da relação sociedade-natureza. Desencadeando graus de interação/ adaptação numa mistura de uso e conservação (MORÁN, 1990; ADAMS,



2002; FRAXE, PEREIRA; WITKOSKI, 2007; MARTINS, 2017; AMARAL, 2018; REIS, 2015; PIRAUX; SOMBRA; SIMÕES, 2017).

A partir das leituras de Ângelo-Menezes (1999; 2000) e Bastos *et al.*, (2010) ainda sobre o antigo Vale do Tocantins, é possível afirmar que ainda hoje as questões sobre a formação socioeconômica do território dizem respeito às formas de ocupação das terras e permanência de sistemas produtivos agroextrativistas. Como também à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; e as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários.

Tradicionalmente, na região foi de substancial importância no papel desempenhado pelos rios da região que serviram de transporte para mercadorias e pessoas, nas margens a fundação das primeiras cidades da Amazônia (BASTOS *et al.*, 2010). Esta relação persiste até o presente. Em muitos municípios toda circulação só ocorre por meio de embarcações. Este padrão de ocupação foi denominado por Gonçalves (2005) de rio-várzea-floresta.

No entanto, a partir da década de 1970, este mesmo autor analisa um novo padrão de ocupação, da estrada-terra firme-subsolo, nos anos 1980 com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nas margens do rio Tocantins foi um outro elemento de mudanças social, ambiental e econômico, conforme destaca Magalhães (2005) em que milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco.

Trata-se de um novo padrão de organização social do espaço geográfico que tem na estrada seu eixo de estruturação. Que permitem a integração dos municípios que fazem parte do território do baixo Tocantins com outras regiões do estado do Pará, especialmente a Região Metropolitana de Belém (RMB). Promovendo mais integrações especialmente mercadológicas entre o urbano-rural e a várzea-terra-firme. Conforme Bastos *et al.*, (2010) a gestão do território envolve as realidades municipais em suas especificidades, nessa inter-relação urbano-rural, várzea-terra-firme.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ABORDAGEM DE SISTEMAS AGRÁRIOS

Conforme Mazoyer e Roudart (2010), o conceito de sistema agrário é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas.

Esta abordagem permite compreender toda a complexidade da agricultura nas diferentes partes do mundo e em diferentes épocas permite apreender o movimento geral de transformação no tempo e de diferenciação no espaço da agricultura, e de expressá-lo sob a forma de uma teoria da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A metodologia utilizada preconizou a realização de um zoneamento geomorfológico e ambiental da área de estudo, e permitiu descrever o espaço agrário e as diferenciações das unidades de paisagem. Nesse sentido, utilizou-se o conceito de paisagem empregado por Bertrand e Bertrand (2007). A reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários foi realizado utilizando metodologia desenvolvida por Mazoyer e Roudart (2010) e explicitada em Miguel (2018).

O estudo compreendeu a realização de uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, para a identificação e caracterização dos cinco sistemas agrários evidenciados nesta pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada na sede do município de Cametá- PA e nas comunidades rurais de Caripi e Fazenda nos meses de fevereiro e agosto de 2022 e consistiu na realização de entrevistas semi- estruturadas junto a atores locais (agricultores, ribeirinhos, dirigentes municipais, historiadores, lideranças locais, técnicos etc.), realizando 32 (trinta e duas entrevistas) ao todo.

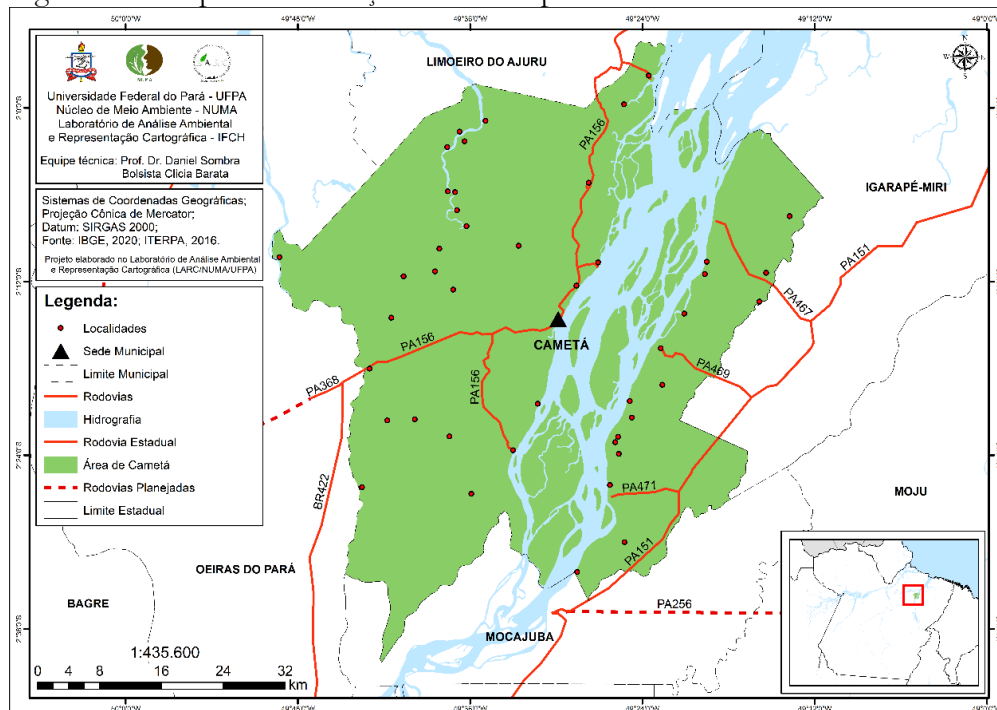
### ZONEAMENTO GEOMORFOAMBIENTAL DE CAMETÁ

O município de Cametá (figura 2) está localizado na microrregião de Cametá, integrante da mesorregião do nordeste paraense, a partir da nova classificação geográfica do IBGE localizasse na região geográfica imediata de Cametá e na região intermediária de Belém (IBGE, 2017) no território do Baixo Tocantins, estado do Pará.

Possui uma área de 3.081,367 km<sup>2</sup>, situando-se entre as coordenadas 1°55' e 2°38'25" de latitude sul e 49°50'34" e 49°11'13" de longitude oeste (Cidade- Brasil, 2016). A região é marcada geograficamente pelo contato na borda dos rios, com a terra,

na qual apresenta uma fisiografia constituída por áreas denominadas localmente de “terras firmes” e de várzeas, estas correspondendo à planície fluvial de inundação (SANTOS; TARDIN, 2012). Conta com uma população estimada de habitantes de 140.814 mil (Cidades IBGE, 2021). Mais de 50% dos habitantes da zona rural encontram-se na região das ilhas, portanto, uma população superior a 30 mil pessoas.

Figura 2 — Mapa de localização do município de Cametá- PA.



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC / NUMA / UFPA)- LARC em colaboração com o Grupo de Estudos Diversidade Socioambiental na Amazônia- GEDAF/UFPA, (2022).

As condições climáticas do município de Cametá estão enquadradas no tipo climático Ami, da classificação de Köppen; caracterizado por apresentar curto período com baixa precipitação pluviométrica (aproximadamente 26 mm por mês) de junho a novembro (período “seco”) e o com precipitação pluviométrica elevada durante os 31 dias ao redor de 26 de março, com acumulação total média de 384 milímetros de janeiro à maio (período “chuvoso”).

A precipitação média anual é de 2.484 mm, e, as temperaturas são relativamente constantes, com uma média anual de 26,5°C (RODRIGUES *et al.*, 2000). De acordo com Ribeiro (2002), a região apresenta uma elevada umidade relativa do ar, pelo fato de apresentar altas temperaturas, proporcionadas por elevadas precipitações pluviométricas. O clima da região segue, portanto, um padrão amazônico, com duas estações bem definidas: um período seco se estendendo de junho a novembro,

considerado os meses com menor frequência de chuvas, e um período chuvoso entre os meses de janeiro a maio.

A região de estudo assenta-se sobre sedimentos dos períodos Terciário<sup>2</sup> de Formação Barreiras, à montante da cidade de Cametá. A predominância, entretanto, é de sedimentação Quaternária<sup>3</sup> Subatual e Recente, constituída de material consolidado (areias, siltes, argilas e cascalhos), que se estendem extensamente, para o interior do município, constituindo os grandes campos naturais do Baixo Tocantins (MONTEIRO, 2013).

O relevo predominante é plano e suave ondulado, principalmente nas áreas ocupadas pela vegetação de campo e nas áreas de várzeas, inserido na unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (RADAMBRASIL, 1974). Pode-se destacar a ocorrência de pequenas elevações em direção a terra firme ao longo das margens dos rios e igarapés, e uma progressiva redução da altimetria (ligeira declividade) em direção ao interior das áreas de várzea. O relevo ligado à sua configuração morfológica apresenta baixos tabuleiros, sujeitos, constantemente, à erosão fluvial que se processa no baixo curso do rio Tocantins<sup>4</sup>. Isto leva ao desmoronamento de falésias da frente da cidade e adjacências, devido à influência da força das marés e em alguns lugares ocorre o fenômeno de “terra caída”<sup>5</sup>.

A partir das características geomorfoambientais pode-se dividir o município de Cametá em 2 (duas) unidades de paisagem distintas: Zona 1- Terra Firme e Zona 2- Várzea. Estas duas unidades de paisagem são representadas na figura 3 e encontram-se detalhadas a seguir e no mapa da vegetação natural (ver figura 4).

---

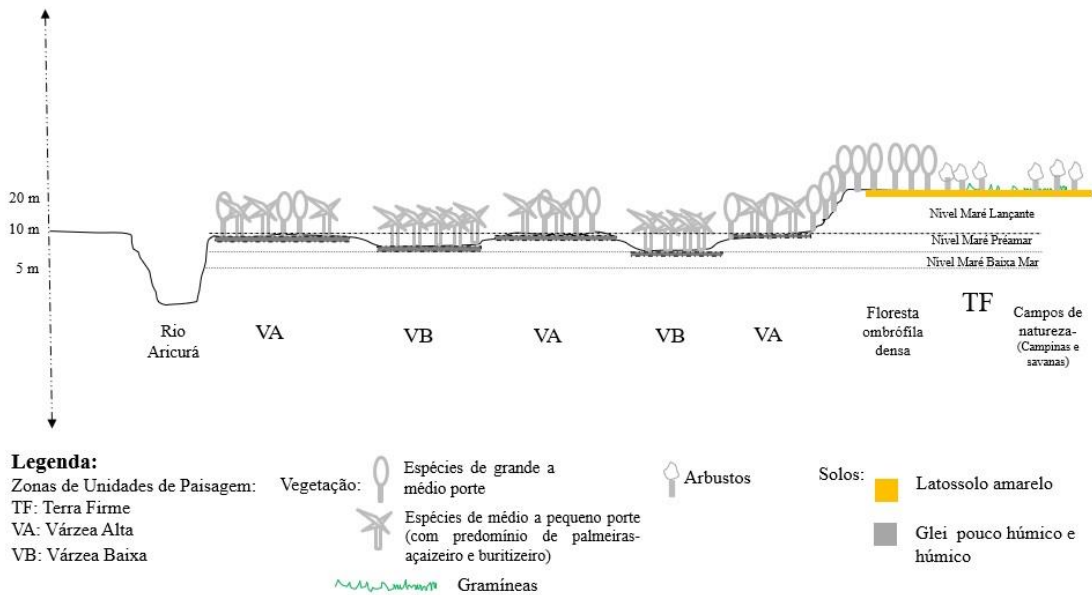
<sup>2</sup> Representado pela formação Barreiras, que é constituída por sedimentos clásticos mal selecionados, variando de siltitos e conglomerados. As cores predominantes são o amarelo e o vermelho, porém, variam muito de local para local. Os arenitos, em geral são, caulíníticos, com lentes de folhelhos. Nesta formação, são encontrados os Latossolos e Podzólicos (atualmente chamados de Argissolos).

<sup>3</sup> Representado por depósitos aluvionares recentes, constituídos por cascalhos, areia e argilas inconsolidados. Aparecem na faixa às vezes, descontínuas, ao longo dos rios mais importantes, como o rio Tocantins. Ocorre também nas áreas de campos e florestas de várzea e nas inúmeras ilhas e mangues. Nessa unidade são encontrados solos desenvolvidos desse material geológico, quais sejam: Plintossolo, Glei Pouco Húmido, Areias Quartzosas, Podzol Hidromórficos e Aluviais. (SANTOS *et al.*, (1999, p, 12:13)

<sup>4</sup> Como por exemplo o fenômeno justamente na margem esquerda em que está localizada a sede do município.

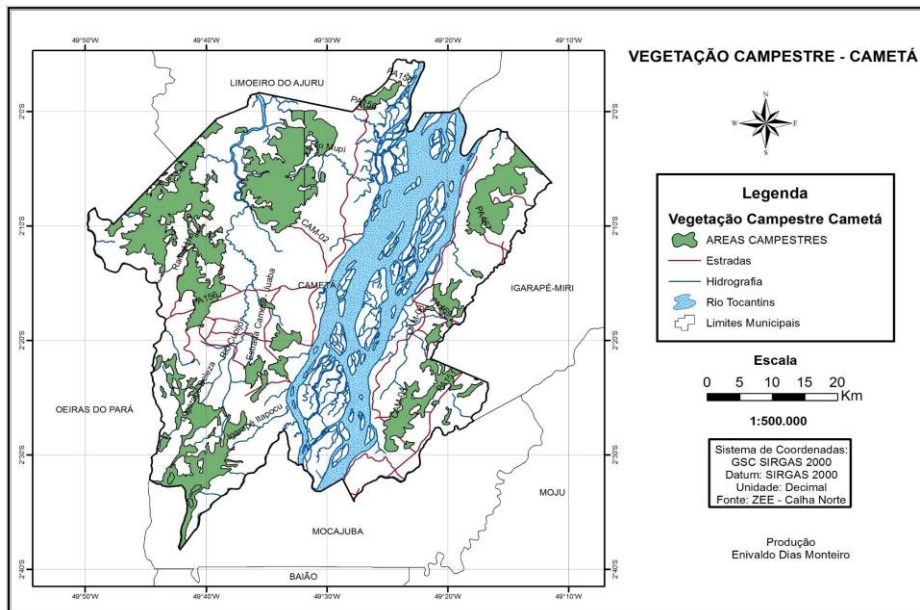
<sup>5</sup> A expressão "terras caídas" representa um fenômeno que ocorre com frequência nos solos de várzea e significa a ablação ou desbarrancamento do solo das margens para dentro do rio. O fenômeno das "terras caídas" é um processo geomorfológico-fluvial natural, de constituição complexa, associado à instabilidade do material franco-siltoso, que compõe os terraços de várzea (TEIXEIRA *et.al.*, 2019).

Figura 3 — Representação esquemática das diferentes zonas de paisagem identificadas no município de Cameté - PA: Terra Firme, Várzea Alta e Várzea Baixa.



Fonte: Pesquisa de campo, (2022); adaptado de SILVA- JR (2016).

Figura 4 — Mapa da vegetação campestre do município de Cameté- PA.



Fonte: MONTEIRO, (2013).

**Zona 1- Terra Firme:** é uma designação genérica, corriqueiramente utilizada na região amazônica, para denominar áreas planas com uma maior altimetria e que não são inundadas pelas cheias dos cursos d'água. Tem um embasamento geológico de origem sedimentar que remonta o período Terciário.

Do ponto de vista geológico e pedológico, as terras firmes se separam das várzeas por aquelas se situarem em embasamentos de origem sedimentar mais antigos, do período terciário (MARTINS; AMARAL, 2019). A região de Terra Firme do município de Cametá está situada nas duas margens do rio Tocantins e apresenta dois tipos distintos de vegetação: i) floresta ombrófila densa e ii) campos de natureza (BATISTA, 2013). Caracteriza-se pela heterogeneidade florística com predominância de espécies agregadas em algumas formações e aleatórias em outras (ARAÚJO *et al.*, 1986).

Os solos predominantes na Terra Firme são o neossolo quartzarênico e o latossolo amarelo, dominantes em superfícies mais estáveis em relevo plano e suave ondulado. Estes solos ocupam as partes mais altas dos elúvios associados secundariamente aos argissolos (podzólicos amarelo e vermelho-amarelo) (CARVALHO *et al.*, 2006). De acordo com Santos *et al.* (1999) esses solos são desenvolvidos a partir do produto da decomposição de sedimentos areno-argilosos. As características desses solos são bem drenados, profundos, bastante porosos, friáveis e de textura média. São solos de baixa fertilidade natural, em função da baixa capacidade de troca de cátions (CTC) e pela baixa reserva de nutrientes essenciais às plantas representadas pelos baixos teores de soma de bases (S) e de altos de alumínio extraível (Al). Os valores de pH em água são da ordem de 4,2 a 5,2, indicando uma reação fortemente ácida, em função dos altos teores de Al+++ e dos baixos teores de cálcio, insuficientes para neutralizar a toxidez do alumínio (SANTOS *et al.*, 1999).

**Zona 2- Várzea:** Genericamente o termo várzea indica terras planas situadas próximo aos rios e seus afluentes. Na Amazônia essa denominação tem sido utilizada para designar áreas sob a influência das águas em uma planície de inundação em situação que está em oposição geográfica à terra firme (SIOLI, 1984), de formação mais recente, no período Quaternário. Em boa parte, sujeitas às inundações diárias pela variação das marés, as várzeas afluem no período de estiagem e/ou em função do regime hidrológico, de vazante dos rios que as formam, ou das marés diárias (preamar e baixa mar)<sup>6</sup> e as marés de sizígias<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> As marés diárias são ocasionadas pela força de atração que a lua exerce sobre a terra, acrescida do alinhamento terra, lua, sol e do movimento de rotação da terra.

<sup>7</sup> Definidas pela posição em relação ao movimento de translação, nas fases da lua, cheia e nova respectivamente, consideradas de águas vivas. Caracterizam-se por preamares de grande altura e baixamares muito baixas.

Os principais solos que ocorrem nas várzeas são os Gleissolos húmico e pouco húmico, que são solos hidromórficos são resultantes do acúmulo de sedimentos organominerais muito recentes, que foram e continuam sendo carreados e depositados nas áreas de ocorrência, através das inundações periódicas dos rios de águas barrentas (TOWNSEND, 2012).

De acordo com Cravo *et al.* (2002), as várzeas no estuário amazônico podem ser diferenciadas em dois tipos, de acordo com sua posição em relação à calha do rio e pelo processo de deposição de sedimentos divide as várzeas em: várzea alta e várzea baixa.

A várzea alta corresponde ao dique da planície de inundação. Apresenta uma melhor drenagem e que são somente inundáveis durante as marés de equinócio. A várzea alta apresenta uma elevada diversidade de espécies vegetais e por esse motivo recebem o depósito de sedimentos maiores que estão em suspensão nas águas (CRAVO *et al.*, 2002) cuja principal característica é a boa fertilidade natural em função da deposição contínua de sedimentos pelas águas das marés, superior a encontrada na várzea baixa, devido a melhores condições do solo pelo maior depósito de sedimentos trazidos pelas marés e melhor drenagem do solo.

A várzea baixa ocorre na parte mais interna (RANZANI *et al.*, 1986) e com uma má drenagem ou hidromorfismo por sofrerem uma maior influência das inundações decorrentes das marés. A influência da inundação se exerce por um período mais longo, pois o nível do solo é inferior ao da margem, parte da água que transborda nas marés de equinócio não pode retomar ao leito dos rios, ficando represada por um período mais elevado, no início das enchentes recebem as águas do igapó, pobres em sedimentos e, devido a isso apresentam problemas de drenagem.

## **DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS AO LONGO DO TEMPO E ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ- PA**

Com uma paisagem agrária marcada pela existência de duas unidades de paisagem com características geomorfológicas e ambientais fortemente distintas (Várzea e Terra Firme), a reconstituição da diferenciação dos sistemas agrários do município de Cametá revelou a existência de distintas formas de ocupação e utilização do espaço e de uma elevada heterogeneidade étnica entre os atores sociais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos dentre outros povos). Foram identificados e caracterizados cinco sistemas agrários que se sucederam desde os tempos pré-históricos até o presente.

## 1º Sistema agrário Indígena (Aproximadamente 3.500 a.C.- 1635)

A história da agricultura familiar na Amazônia está ligada, aos povos indígenas detentores de uma herança social e botânica muito rica e diversa. As regiões de várzea, plenamente ocupadas no período pré-colombiano permitiram por seus recursos naturais, tipos de solos aluvionais e pela quantidade de biomassa, um crescimento contínuo da população (Ângelo-Menezes, 1994). Através do trabalho coletivo, os povos originários realizavam a caça, o extrativismo e a pesca. De acordo com Homma (2003) as pesquisas arqueológicas mostram que há cerca de 3.500 anos, o cultivo da mandioca passou a ser uma prática adotada, possivelmente domesticada pelos tupis na Bacia Amazônica.

O cultivo da mandioca foi um grande avanço na agricultura, tornando-se a base da agricultura indígena. A invenção da farinha de mandioca pode ser considerada como uma das maiores contribuições da tecnologia indígena aos colonizadores brancos, pela fácil produção, armazenamento e transporte e com isso logo foi transferida para a África e a Ásia pelos colonizadores portugueses (p. 17-18).

Ainda de acordo com Homma (2003) a população indígena, no contexto de toda a Bacia Amazônica, por ocasião da chegada dos portugueses no Brasil, era estimada em 2 milhões de habitantes, vivendo, tanto nas várzeas como nas terras firmes. As várzeas, apesar de representarem 2% do ecossistema amazônico, concentravam 950 mil indígenas, indicando uma densidade demográfica estimada em 14,6 hab./km<sup>2</sup>. As terras firmes, que representam 98% do ecossistema amazônico, abrigavam 1 milhão de indígenas, com uma densidade de 0,2 hab./km<sup>2</sup> (Cehila, 1992 *apud* Homma, 2003).

As sociedades indígenas amazônicas, com diferenças entre elas, teriam realizado a transição da caça e coleta para a agricultura intensiva. De acordo com Ângelo-Menezes (1994), a invenção da agricultura intensiva praticada pelos povos indígenas no Vale Amazônico permitiu o adensamento da população indígena, com adoção do método de “défrichés-brûlés” (terra limpa para a queima).

A base alimentar de grande parte dos índios amazônicos era a farinha de mandioca preparada de formas variadas, com água fria (chibê), quente (mingau), feito beiju (bolo no forno). Na obra de Ângelo-Menezes (1994), no relato sobre as sociedades indígenas amazônicas do Padre Jesuíta João Daniel, autor do “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas” escrito entre os anos 1757 e 1776,

Seu nomadismo era total. Homens, mulheres e crianças saíam sobre enormes distâncias levando todos seus pertences: cabaça de jequitáia ou



malagueta para os guisados; panela e ralador que eram carregados na gutura<sup>8</sup> pela mulher. Os homens carregavam seus arcos e flechas. Seus destinos foram modificados apesar da resistência, durante 20 anos, que fizeram aos colonizadores; suas armas eram arcos e flechas envenenados de bororé<sup>9</sup>. A cada batalha prestavam homenagens ao sol, lua e estrelas, através de seus ritos gentis. Das manifestações da natureza pensavam corresponder a forças ocultas, com poderes inexplicáveis; um panteísmo evidente, que preside e regula toda ordem de fenômenos naturais (p. 35).

As ferramentas de trabalho eram manuais e confeccionadas localmente: arco, flecha e lança. O legado da agricultura indígena na Amazônia, ainda muito presente na atualidade, no conhecimento da cultura da mandioca, o aproveitamento de centenas de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e pesca, corantes, oleaginosas, aromáticos, tóxicas, etc. (Homma, 2003).

Em relação à origem dos primitivos habitantes da região eram pertencentes a tribo dos índios Camutás que faziam parte possivelmente da família Tupinambá, pois utilizava o Tupi como idioma. Segundo Jorge Hurley, os índios que os Tupinambás chamavam de Camutás tiveram essa denominação por morarem em casas construídas no topo das árvores e conhecidos como hábeis remadores em montarias e exímios caçadores (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- IBGE, 1957).

Não temos mais fontes sobre os Camutás que nos fornecessem maiores detalhes do seu modo de vida e sistema de uso da terra e produções agrícolas. A desestruturação deste sistema agrário teve início a partir de 1635 com a chegada e implantação dos primeiros colonos portugueses na região do Vale do Tocantins. Conforme Ângelo-Menezes (1994; 2000) iniciando o período colonial, no qual houve bruscas mudanças na organização das sociedades indígenas da sua atividade produtiva e de sua reprodução social, o que ocasionou a transição para o segundo sistema agrário.

O extermínio de cerca de dois milhões de índios, no período de 1615 a 1652, foi superior à sua fecundidade. Ao ser extinta, em 1757, a lei de Redenção de Cativos, que objetivava trocar os cativos, prisioneiros feitos nas guerras, deixou como saldo uma população indígena que havia sido dizimada neste processo de comercialização de índios escravos. A outra parte da população ficou à mercê da Lei de Repartição dos Índios como mão-de-obra livre para os colonizadores. (p. 36-37).

## 2º Sistema agrário Colonial (1635 - 1755)

---

<sup>8</sup> Tipo de cesto feminino utilizado pelas índias.

<sup>9</sup> Mistura feita com ervas para envenenamento das flechas.

Segundo Bastos *et al.*, (2010) em 1633, Feliciano Coelho de Carvalho recebeu do Governador do Estado, seu pai, a concessão de “todas as terras do Cameté” para fazer nelas uma Capitania, a qual deu origem à vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté. Posteriormente, Cameté foi também ocupada por franceses e holandeses, que já tinham o domínio sobre a exploração do nordeste brasileiro (MDA/STD, 2010).

Tão logo fundada, em 1635, a segunda do estado do Pará, depois de Belém os portugueses implementam um sistema de recrutamento de indígenas para prover em homens as tropas de defesa. Segundo Chambouleyron (2005), a capitania de Cameté “constituiu uma constante fonte de problemas”. Essas complicações estavam ligadas às dificuldades de povoar a região, à repetida interferência dos moradores do Pará e das autoridades, e ao reconhecimento mesmo de sua doação pelos habitantes do Estado.

A caça e o extrativismo das chamadas “drogas do sertão” através das entrevistas entre os séculos XVII e XVIII, no período colonial a economia da Vila Viçosa de Santa Cruz dos Camutás estava baseada no cultivo do tabaco e outros produtos para a subsistência conhecidos como drogas do sertão, além do cultivo da cana de açúcar, do cacau, do anil, do cravo de casca foram as principais atividades realizadas na região.

Os portugueses destinavam as “drogas do sertão” para a exportação<sup>10</sup> como especiarias, trabalho feito pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM). As ferramentas disponíveis eram manuais e metálicas como o facão, enxada, machado entre outros. A força de trabalho era exclusivamente indígena, oriundos de comunidades indígenas locais escravizados pelos portugueses.

Conforme SEIR (2009) e Matos (2019), as sesmarias distribuídas ao longo do rio Tocantins realizavam a produção de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, mandioca, e, com menor importância, a criação de gado bovino. Esse incremento da exploração dos recursos naturais aliados à introdução de uma lavoura regular levou a uma modificação do espaço natural amazônico.

O fim da escravidão indígena e a formação das prelaças católicas (aldeamento) reagrupando a população indígena local e a formação/ implantação/estruturação do comércio agroextrativista por grandes sesmeiros lançaram os fundamentos para conformação de um novo sistema agrário: o sistema agrário Mercantilista.

### **3º Sistema agrário Mercantilista (1755 - 1888)**

---

<sup>10</sup> Que saiam do porto de Belém para Lisboa, para mais detalhes consultar a tese de Matos (2019).

No Vale do Tocantins o povoamento aumentou nos lugares onde se desenvolveu uma agricultura fortemente integrada ao mercado, caracterizando assim o sistema agrário mercantilista, praticado por parte da elite regional, o que possibilitou o aceleração no processo de ocupação da região do baixo Tocantins. Que além da utilização de mão-de-obra escravizada indígena, contou ainda com o início da exploração e escravidão das/os africanos traficados pelos colonizadores, que também passaram a trabalhar na lavoura de cacau e cana de açúcar baseado num sistema de plantation. Possibilitando assim, entre os séculos XVII e XVIII, a expansão de engenhos e fazendas na região do Baixo Tocantins (Bastos *et al.*, 2010; Pereira, 2014).

O sistema de plantation se caracterizava pela intensidade dos cultivos, atividades, extração, coleta, pecuária e pelo impacto sobre os recursos naturais. De acordo com Ângelo Menezes, (2000) as culturas cultivadas variam entre plantios solteiros de café que atingiam 11 mil pés, passando pelo cacau existente na maior parte dos estabelecimentos rurais; além de criatórios de animais do tipo bovino em regime semi-intensivo, estruturado em currais para o manejo das vacas e bezerros.

Contrariamente às práticas agrícolas dos indígenas, o sistema de plantation colonial implementou práticas agrícolas que exauriram a fertilidade das parcelas cultivadas localizadas nas margens férteis dos rios (ÂNGELO- MENEZES, 1999). Cabe destacar que em poucas regiões da Amazônia no período colonial foi identificado a ocorrência de sistemas de plantation semelhantes. A mandioca para produção interna continuou não sendo de interesse dos colonos que preferiam as atividades agroextrativistas (ÂNGELO- MENEZES, 2000).

Neste período uma especificidade na mão de obra utilizada era a utilização do trabalho indígena em conjunto com o trabalho escravo Ângelo Menezes (2000); Bezerra Neto (2012) e Melo; De Oliveira (2022). A mão de obra de origem indígena de acordo com a historiografia, foi de extrema importância para o desempenho das mais diversas atividades na Amazônia Portuguesa como um todo, seja dentro de Vilas e Lugares de índios, seja em terras de colonos, seja no trabalho em obras públicas.

Nos anos seguintes a mão de obra indígena foi progressivamente substituída pela mão de obra de escravos de origem africana, sobretudo nos cultivos de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e aguardente. Conforme Bastos *et al.*, (2010), a população escrava africana irá representar, ao longo do período colonial, grande parte da população local.

A introdução da mão-de-obra africana impulsionou o processo de transformação das paisagens, com um sistema agrário voltado para o mercado internacional, onde as inovações técnicas eram inadequadas aos ecossistemas, além das novas práticas e métodos agrícolas serem empregados à revelia de componentes técnicos, reforçando ainda mais o distanciamento cultural entre as populações tradicionais e os colonos europeus. (ÂNGELO MENEZES, 2000, p. 96).

Além de instrumentos manuais, identifica-se a utilização de equipamentos de tração animal (tracionados por bovinos e equinos), especialmente utilizados nas práticas de plantio, colheita e processamento da produção. O fim da escravidão em 1888 acarretará a desestruturação do sistema agrário Mercantilista e as condições para o surgimento de um novo sistema agrário, baseado na atividade agroextrativa e no trabalho livre.

#### **4º Sistema agrário Agroextrativista (1888 - 1966)**

O fim da escravidão em 1888 acarretará a desestruturação do sistema agrário Mercantilista e as condições para o surgimento de um novo sistema agrário, baseado na atividade agroextrativa e no trabalho livre. O fim do trabalho escravo acarretará a desestruturação e desaparecimento da grande propriedade no vale do rio Tocantins.

Esta situação permitirá que a população local volte a ocupar as várzeas do município de Cametá e com isso retomar a prática da caça e pesca, o extrativismo, as atividades agrícolas (em especial na várzea alta o cultivo da mandioca) e criação de pequenos animais (aves e suínos). Já nas áreas de Terra Firme, populações remanescentes dos quilombos e de nativos praticavam a caça e o extrativismo vegetal de espécies frutíferas, oleaginosas e madeireiras e o extrativismo animal de espécies de peixe e camarão.

Realizam uma agricultura voltada ao autoconsumo familiar. O cultivo da mandioca é a principal atividade, sendo cultivada em áreas denominadas de “roça” que é utilizado a prática de corte-queima-pousio, após a queimada da biomassa seca, na qual as cinzas são deixadas na superfície do solo em que são plantados os pedaços de hastes, e no máximo em um ano do plantio são colhidas.

A força de trabalho é predominantemente familiar. A prática de mutirão envolvendo parentes e vizinhos tem uma ocorrência relevante, sobretudo para a realização das atividades mais demandadoras de mão de obra como a derrubada da

mata, na construção da residência da família e em atividades agrícolas. Os instrumentos de trabalho são manuais e se resumem basicamente a enxada, o facão e o machado.

Identifica-se a realização de atividades de troca de produtos agrícolas ou de extrativismo entre as populações implantadas nas áreas de Várzea com as populações instaladas nas áreas de Terra Firme. Os produtos mais seguidamente trocados eram látex (seringueira), ucuúba, andiroba, castanha; peixes, camarão, caça, farinha de mandioca e animais de criação de pequeno e médio porte (Relatos de entrevistas de pesquisa de campo, 2022).

A partir da metade da década de 1960, a política de ocupação da Amazônia e a implantação de grandes projetos na época da ditadura militar no Brasil irão alterar profundamente a região, alterando de uma maneira intensa e definitiva a realidade agrária regional.

## **5º Sistema agrário Contemporâneo atual (1966 - atual)**

As políticas de ocupação da Amazônia “Integrar para não Entregar” e as grandes obras de infraestrutura básica (em especial a construção da transamazônica e de hidrelétricas) atraíram empreendedores capitalistas e um importante contingente populacional de várias regiões do Brasil. Igualmente, as áreas de Terra Firme, sobretudo a partir da década de 1970, serão também ocupadas por fazendeiros de médio a grande porte.

Estas fazendas realizarão, sobretudo, o cultivo da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*). Até meados de 1995, o município de Cametá era considerado como um dos maiores produtores de pimenta-do-reino do Pará, atraindo instituições bancárias para o município de Cametá para financiamento e/ou crédito rural para incentivar a produção (Relatos de entrevistas de pesquisa de campo, 2022).

As áreas de Várzea, secularmente ocupadas e utilizadas pelas populações ribeirinhas, também serão afetadas pelos grandes empreendimentos. O início do funcionamento da hidrelétrica de Tucuruí, construída nos anos 1980 no rio Tocantins, acarretou uma série de mudanças ambientais, sociais e econômicas. A barragem da hidroelétrica de Tucuruí houve uma diminuição significativa da fauna aquática do rio Tocantins.

Esta situação engendrou a implantação, sobretudo a partir dos anos 2000 e com incentivo de ONGs como a Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes (APACC), de viveiros escavados para a criação de peixes em cativeiro. A partir dos

anos 1990, o fruto do açaí (produzido pela palmeira *Euterpe oleracea*) passa a ganhar destaque no mercado local e regional.

Este período é marcado pela coexistência de duas dinâmicas agrárias bastante distintas e específicas. Constata-se, nas áreas de Terra Firme, a existência de uma agricultura de pequeno/ médio (com uma produção agrícola centrada em sistemas agroflorestais de frutíferas e espécies florestais madeireiras) articulada com um setor agroindustrial.

Uma segunda dinâmica agrária é representada por uma numerosa agricultura de cunho familiar, instalada tanto nas áreas de Várzea como de Terra Firme, dedicada a produção para o autoconsumo familiar e para a comercialização. Nas áreas de Terra Firme destacam-se os cultivos de hortaliças, frutíferas e mandioca. Nas áreas de Várzea pode-se destacar em especial o agroextrativismo do fruto do açaí e a extração do palmito, de diversos produtos de espécies frutíferas e florestais, oleaginosas e o pescado oriundo da pesca ou da criação em tanques escavados.

As dificuldades de acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, sobretudo nas comunidades mais afastadas e distantes da sede do município, explicam em grande parte este fenômeno social. Assim, constata-se a formação de aglomerações de moradias à beira dos principais cursos d'água, articulando a população ribeirinha de diferentes localidades entre si, mas também com a população urbana, ampliando as alternativas de consumo da população em geral e a socialização de práticas até então peculiares a esses grupos (PIRAUX; SOMBRA; SIMÕES, 2017).

Isso provoca o estabelecimento de intensas relações socioeconômicas entre o urbano e o rural, uma vez que a sede do município passou a ser constantemente frequentada pelas populações rurais para a comercialização de seus produtos e aquisição de bens e serviços. Essa dinâmica também é impulsionada, especialmente a partir dos anos 2000, pelos programas sociais como o bolsa família e o seguro defeso. Conforme relatos locais, foi nessa época “que começou a circular o dinheiro de fato nas comunidades rurais” (entrevistas de pesquisa de campo, realizadas em agosto de 2022).

O acesso às políticas sociais ampliaram o poder de compra e a autonomia das populações rurais, inclusive influenciando as formas de comercialização de sua produção agrícola. Em contrapartida, a maior autonomia econômica e produtiva das

populações rurais pode estar acarretando um enfraquecimento das relações sociais locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstituição das grandes etapas da história agrária do município de Cametá, Pará permitiu revelar importantes elementos da realidade agrária assim como as diferentes dinâmicas socioprodutivas implementadas pelos principais atores sociais locais. Destacou-se a existência de um contexto socioagroambiental e econômico na região de estudo historicamente marcado por ciclos econômicos e majoritariamente por lógicas socioeconômicas externas.

A utilização da abordagem sistêmica, materializada na aplicação do conceito de sistema agrário, permitiu compreender as diferentes dinâmicas históricas de cada unidade de paisagem. A unidade de paisagem de Várzea apresenta uma dinâmica agrária fortemente vinculada a uma exuberante natureza local e seus ciclos naturais. O agroextrativismo, de longa data realizado pelas populações ribeirinhas, destaca-se pela sua importância social e econômica.

Já a unidade de paisagem de Terra Firme revela uma dinâmica agrária fortemente influenciada por políticas públicas recentes e de grande impacto socioeconômico e ambiental. Com efeito, de um espaço agrário com uma relativa baixa antropização até os anos 1960, identifica-se uma dinâmica agrária fortemente calcada em uma agricultura de cunho intensivo e vinculada com o setor agroindustrial.

Pode-se evidenciar as particularidades dos diferentes momentos históricos que formataram e facionaram a realidade agrária local. Foram identificados e descritos cinco sistemas agrários que se sucederam desde o período pré-colombiano até os dias de hoje. O primeiro sistema agrário identificado, o sistema agrário Indígena (Aproximadamente 3.500 a. C. - 1635), tem suas origens na ocupação e utilização do espaço agrário pelos povos originários. A chegada dos portugueses, e a submissão pela força dos povos locais, é a base do sistema agrário Colonial (1635-1755).

O sistema agrário Mercantilista (1755-1888) é marcado pela hegemonia de uma agricultura de plantation, realizada em grandes fazendas. O sistema agrário Agroextrativista (1888-1966) destaca-se pela hegemonia de formas sociais de produção implementadas pela população tradicional local, centrada na realização de atividades agrícolas e extrativas com elevada autonomia técnica, econômica e alimentar. Por fim,

o sistema agrário Contemporâneo (1966 - atual) apresenta dinâmicas de uso e ocupação do espaço agrário marcadas pelas importantes mudanças e alterações modo de vida tradicional, em especial das populações ribeirinhas e originárias do território do Baixo Tocantins. Nesse sentido, cabe destacar em especial as grandes obras de infraestrutura dos anos 1960, a crescente demanda de alguns produtos agroextrativistas (com destaque ao açaí) e as políticas sociais públicas dos anos 2000.

Essa realidade leva a uma outra característica relevante das dinâmicas agrárias atuais: o estímulo às sociedades rurais locais por meio da formação de parcerias que visam ampliar a capacidade produtiva dessas comunidades e facilitar o acesso a mercados locais e políticas públicas. Dessa forma, a dinâmica agrária em Cametá é marcada por uma interação complexa entre recursos naturais, práticas tradicionais e desafios estruturais, evidenciando a necessidade de abordagens integradas e políticas públicas eficientes para promover um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

É necessário ressaltar o pioneirismo deste estudo, realizado em uma região amazônica com uma realidade agrária complexa. Cabe destacar que o resgate histórico da formação e estruturação da agricultura local, expressada em diferentes formas e configurações nas unidades de paisagem de Várzea e de Terra Firme, permitiu compreender as dinâmicas agrárias locais e mesmo regionais, condições inquestionáveis para qualquer reflexão acerca de perspectivas ou de ações em prol do desenvolvimento rural.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são direcionados a todos (as) que contribuíram com este estudo, especialmente os entrevistados (as) do município de Cametá- PA.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de Várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa.** 2002. 373 p. Tese (Doutorado), Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ANGELO-MENEZES, M. N. O sistema agrário do vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 18, 1999.



\_\_\_\_\_. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n. 1, p. 91-122, 2000.

AMARAL, A. J. M. S. **Várzea ou terra firme? a (re) produção do sistema família-estabelecimento na Microbacia do Aricurá - Cametá - Pará**. 2018. 146 f. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

ARAÚJO, A. P.; JORDY FILHO, S.; FONSECA, W. N. A vegetação da Amazônia brasileira. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO, 1., 1984, Belém. **Anais...** Belém: EMBRAPA-CPATU, 1986. 493p. p.135-152.

BASTOS, A.P, *et al.* Economia e Sociedade na Região do Tocantins, Pará. **Papers**, Belém: NAEA; UFPA, 2010, v. 1, p. 1-28.

BATISTA, K. T. **Avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas familiares agroextrativistas de açazeiros na região das ilhas do município de Cametá, Pará**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2013.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional da Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. **Folha SA – 22 – Belém: geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra**. Rio de Janeiro, 1974. (Projeto RAMDAMBRASIL. Levantamento de Recursos Minerais. 5).

CARVALHO, M. S. N *et al.* Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável Território Águas Emendadas–DF. **Ministério do Desenvolvimento Agrário–MDA**, v. 1, 2006.

CHAMBOULEYRON, R. **Portuguese colonization of the Amazon region, 1640-1706**. Tese (Doutorado), University of Cambridge, 2005.

COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia**. Belém: Naea/ UFPA, 2006.

CRAVO, M. S. *et al.* **Uso agrícola atual e potencial das várzeas do Estuário do Amazonas**. In: I Workshop sobre as Potencialidades de uso do Ecossistema de Várzea da Amazônia. Embrapa-CPAA (Doc. 7), 1996, Manaus. p. 69-83.

FRAXE, T. J.P; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2.ed. São Paulo: contexto, 2005.

HOMMA, A. K. O. *et al.* **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cametá**. 2015. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150210&search=||info%0E1ficos:-informa%0E7%0F5es-completas>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2017.

LIMA, R. R. **A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas**. Belém: EMBRAPA. In: Instituto Agrônômico do Norte, 1956. 118 p. (Boletim Técnico do Instituto Agrônômico do Norte n° 33).

MDA/ SDT. **Plano de Desenvolvimento territorial sustentável do baixo Tocantins**. Somec, Caritas, APACC, 2010. Disponível em <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio130.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf)>. Acesso em 23 de junho de 2021.

MAGALHÃES, S. B. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. **Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**, 2005.

MAGALHÃES, S. *et al.* Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. IN: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, p. 41-76, 2017.

MARTINS, P. F. S. **Uso sustentável de várzeas por agricultores familiares no Baixo Rio Tocantins**. Projeto de pesquisa- Chamada Pública MCTI/CNPq Universal N° 1/2016 – Faixa B. Belém, 2016.

\_\_\_\_\_. Meio natural e uso agropecuário da terra no território do baixo Tocantins. SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, p. 41-76, 2017.

MARTINS, P. F. S.; AMARAL, A. J. M. S. Revendo as várzeas estuarinas: fisiografia e uso agrícola no Território do baixo Tocantins. In: SIMÕES, A.; RODRIGUES, E. T.; ROCHA, G. M.; GRANCHAMP, L. (org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagens sociais**. 1. ed. Belém: NUMA/UFPA. p. 140-185, 2019.

MATOS, F. L. A. **O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. 2019. 403f. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. IICA, 2010.

MIGUEZ, S. F.; FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C. Exploração familiar em comunidade de várzea no Rio Solimões-AM. In: 3º ENCONTRO DA ANPPAS. Brasília, DF **Anais...** 2006.

MIGUEL, L (Org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. 2ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre, Editora da

UFRGS, 2018. 210 p. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad102.pdf>>.

MONTEIRO, E. D. **Ecologia de paisagem aplicada à análise fitogeográfica dos campos de natureza do município de Cametá-Pará.** 2013. 85 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.

MORÁN, E. F. **A Ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 367 p.

PINTO, I. C. **Agricultura familiar na Costa da Terra Nova.** 2005. 79 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Ciências Agrárias, de Programa de Pós-Graduação em Agricultura e sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2005.

PIRAUX, M.; SOMBRA, D.; SIMÕES, A. A diversidade socioespacial do território Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. IN: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas.** Belém: NUMA/UFPA, p. 77-114, 2017.

RANZANI, G.; SILVA, B. N. R.; MOLLER, M. R. F.; SILVA, L. G. T. **Solos da Ilha Urua – Baixo Tocantins.** Belém: Embrapa - CPATU, 46p. (Boletim de Pesquisa, 72), 1986.

REIS, A. A. **Desenvolvimento sustentável e uso recursos naturais em área de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense: limites, desafios e possibilidades.** 2015. 271 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

RIBEIRO, R. N. S. **Avaliação do potencial de sustentabilidade de unidades produtivas agroflorestais em várzeas de influência flúvio-marinha, Cametá – Pará.** 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) UFPA, Belém-PA, 2002.

RODRIGUES, T. E. *et al.* **Zoneamento agroecológico do Município de Cametá, Estado do Pará.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 43p. (Documentos, 55). Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66700/1/Oriental-Doc55.pdf>>. Acesso em 24 de junho de 2021.

SANTOS, V. F; TARDIN, A. T. Capítulo 4. Tipologia de Solos. In: **Projeto Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Estado do Amapá.** Resultados. Tema 1. Meio Natural. Macapá: IEPA, 2012. 14p.

SILVA JUNIOR, W. A. **A várzea está para peixe: Viabilidade socioeconômica da piscicultura praticada na Bacia do Aricurá, Cametá, Pará.** 2016. 95 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

SIOLI, H. The Amazon and its main affluents: hydrography, morphology of the river courses, and river types. In: **The Amazon**. Springer, Dordrecht, 1984. p. 127-165.

SANTOS, P. L. *et al.* Levantamento de reconhecimento de alta intensidade dos solos do município de Cametá, Estado do Pará. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 1999.

SOUZA, A. L. Desenvolvimento territorial rural e a dinâmica da agricultura familiar no Baixo Tocantins (PA). **Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Porto Alegre**, 2011.

TEIXEIRA, W. G. *et al.* O manejo do solo nas várzeas da Amazônia. IN: BETOL; De MARIA; SOUZA (ed.). **Manejo e conservação da água e do solo**. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, MG: SBCS, p. 702-728, 2019.

TOWNSEND, C. R.; COSTA, N. L.; PEREIRA, R. G. A. Pastagens nativas da Amazônia brasileira. **Embrapa Rondônia-Documentos (INFOTECA-E)**, 2012.